

## A diversidade de cultos em Rousseau: provocações para uma etnografia da religião

Breno Bertoldo Dalla Zen<sup>1</sup>  
Universidade de Caxias do Sul (UCS)  
bbdzen@ucs.br

Luciano da Silva Façanha<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
luciano.facanha@ufma.br

**Resumo:** O presente artigo busca investigar o argumento de Rousseau acerca da diversidade de cultos no texto da *Profissão de fé do vigário saboiano*, onde trabalhamos com a hipótese de que o autor estaria a instigar uma abordagem etnográfica acerca das religiões, ao questionar a possibilidade de determinar uma única religião verdadeira frente à diversidade de cultos, ao conjecturar que pensadores deveriam sair de seus gabinetes e observar diretamente os povos ao seu redor, como se só assim fosse possível alcançar uma verdadeira tolerância cultural e religiosa, superando os preconceitos e aproximando-se da essência das diferentes crenças. Por meio da análise bibliográfica, nosso objetivo é discutir as propriedades epistêmicas das provocações do autor, iniciando pela desconstrução do argumento etnocêntrico que é sustentado nos relatos de viagens, na desconfiança de Rousseau em relação às escrituras sagradas, além do papel carregado pela religião natural, esta, que revela uma tensão entre a consciência e a razão, essencial para que chegássemos a uma suposta condição de tolerância.

**Palavras-chave:** Rousseau. Diversidade de cultos. Antropologia. Religião. Tolerância.

## The diversity of cults in Rousseau: provocations for an ethnography of religion

**Abstract:** This article seeks to investigate Rousseau's argument about the diversity of cults in the text *Profession of Faith of the Savoyard Vicar*, where we work with the hypothesis that the author would be instigating an ethnographic approach to religions, by questioning the possibility of determining a single true religion in the context of a diversity of cults, by conjecturing that philosophers should leave their offices and directly observe people around them, as if this were the only way to achieve true cultural and religious tolerance, overcoming prejudices and getting closer to the essence of the different beliefs. By analysing the literature, our aim is to discuss the epistemic properties of the author's provocations, starting with the deconstruction of the ethnocentric argument that is sustained in travel accounts, Rousseau's distrust of sacred scriptures, as well as the role played by natural religion, which reveals a tension between conscience and reason, essential for us to reach a supposed condition of tolerance.

**Keywords:** Rousseau. Diversity of cults. Anthropology. Religion. Tolerance.

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul. Membro do GEPI Rousseau UFMA/FAPEMA/CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8197250272104017>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9971-7957>.

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Líder do Gepi Rousseau UFMA/FAPEMA/CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7318884096236926> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1178-4018>

## **Introdução**

Mesmo a contrapelo dos iluministas, em vários pontos, as doutrinas de Rousseau coincidem com as do enciclopedismo radical, com a dos seus contemporâneos. Além dos pressupostos comuns da Razão e da Natureza, a filosofia do iluminismo prometeu a erradicação do obscurantismo e da intolerância religiosa, igualmente, por diversos meios, ilegitimou o absolutismo monárquico. E, nesses temas, Rousseau não foi diferente de seus contemporâneos.

Contudo, o problema que buscamos discutir aqui é de ordem epistemológica, mas também está ligada ao estudo da moralidade. Trata-se da discussão sobre a diversidade de cultos que é sublinhada por Rousseau na *Profissão de fé do vigário saboiano*, texto que integra o quarto livro do *Emílio ou da educação*, talvez a mais abrangente obra rousseauniana, esta, tão contundente em suas argumentações sobre a religiosidade que se tornou responsável por chamar a atenção necessária para que o autor fosse condenado por autoridades eclesiásticas de Paris e de Genebra, e assim fosse perseguido pelo resto de sua vida. Este lamentável resultado se deve muito às provocações presentes no texto da *Profissão de fé*, que traz ideias muito à frente de seu ano de publicação, a saber, 1762<sup>3</sup>.

No recorte que aqui propomos, destacamos o questionamento de Rousseau acerca da diversidade religiosa, de religiões reveladas que supostamente poderiam imprimir a vontade divina; o autor se pergunta se teríamos como identificar, em meio a uma multiplicidade de cultos muito diferentes entre si, se um deles poderia ser de fato reconhecido como verdadeiro, visto que suas crenças professam caminhos que podem ser muito distintos ou até divergentes. Mais que isso, o autor

---

<sup>3</sup> Nessa ocasião, o *Emílio* fora condenado pelo Parlamento em Paris, em 9 de junho de 1762. Em 11 de junho era rasgado e queimado publicamente, ao pé da grande escada do Palácio da Justiça, pelo carrasco. Chegou a Genebra no dia 6 de junho, alguns dias após o *Contrato Social*. Em 18 de junho, o Conselho ordenou a apreensão, a guarda sob selos nas livrarias e a interdição provisória da venda por suspeitarem de tais obras conterem “máximas perigosas tanto para a religião, quanto para o governo”. Em 18 de junho, os pacotes de livros, sob selos, são apreendidos nas livrarias e levados para a Chancelaria. No mesmo dia o Conselho ordenou a apreensão de todos os exemplares que conseguissem chegar a Genebra. Ainda em 18 de junho, o Conselho deliberou, baseando-se somente no relatório dos “senhores escolarcas”, antes de ouvir as conclusões do procurador-geral Jean-Robert Tronchin. No dia 19 de junho, o Pequeno Conselho pronunciou a condenação do *Contrato Social* e do *Emílio* e ordenou a prisão de Jean-Jacques Rousseau, caso chegasse a Genebra. No mesmo dia, executou-se o julgamento diante das portas da Prefeitura. Como em Paris, o *Contrato Social* e o *Emílio* são rasgados e queimados pelo carrasco. Nesse caso, as autoridades diplomáticas de Paris e de Genebra mantiveram-se em íntimo contrato. Em 1º de julho, Choiseul felicitou o Conselho de Genebra. Moulou, em 18 de junho de 1762, tudo informou a Rousseau: no Conselho, somente Jalabert e Mussard tinham-se oposto à condenação. A sanção de Genebra atingiu profundamente Rousseau. Em 22 de junho, escreveu a Moulou: “O que o senhor me escreve, caro Moulou, é difícil acreditar. Como? Condenado, sem ser ouvido? E onde está o delito? Onde estão as provas? Genebrinos, se essa é a vossa liberdade, considero-a digna de bem pouca lástima” (Rousseau, 1948, p. 535-537). Foi assim que Jean-Jacques ficou sabendo que em Genebra não teria mais acolhimento, no caso de ter vontade em voltar para lá. “O meu livro foi queimado naquela cidade e no dia 18 de junho foi expedida ordem de prisão, isto é, nove dias depois de ter sido expedida de Paris. (...) Aqueles dois decretos foram o sinal do grito de maldição que se ergueu contra mim em toda a Europa com um furor de que não há exemplos. Todas as gazetas, todos os jornais, todas as brochuras deram o mais terrível sinal de alarme. (...) Eu era um ímpio, um ateu, um maniaco, um louco varrido, um animal feroz, um lobo” (Rousseau, 1948, p. 536). O *Emílio* e o *Contrato Social* foram considerados ‘ímpios’ porque negam a religião, e ‘perigosos’ a todos os tipos de governo pela subversão que trazem latentes, devendo por isso mesmo ser proibidos e queimados e seu autor, condenado. Rousseau, no entanto, repudia tais acusações, e, nas *Cartas escritas da montanha*, conforme Constança Pissarra, encontramos a ocasião propícia para toda a fundamentação do genebrino (Pissarra, 1988, p. 2).

sugere (2022, p. 378) que, para conhecer as distintas crenças, de nada adiantará estudar suas escrituras sagradas: seria necessário aprender sobre elas com as pessoas, sectárias desses cultos, e mais que isso, visitar a região onde tais crenças surgiram, aprender sua língua, se aproximar de sua verdade. Neste artigo, buscamos esclarecer, por meio de análise bibliográfica, se esta provocação poderia ser considerada como um chamado a uma espécie de *etnografia da religião*, movimentação que estaria muito à frente de seu tempo.

### **Formação e desconstrução do argumento etnocêntrico**

Nos presentes dias, a expressão do fenômeno religioso é estudada nas ciências sociais sob perspectivas bastante diversas. É bastante comum lermos, em estudos contemporâneos sobre as religiões, que “cada qual tem suas tradições, seus sentidos, seus costumes, seus preconceitos, que formam o espírito de sua crença e que precisamos levar em conta no juízo que fazemos dela”. Esta frase, no entanto, foi escrita ainda no Século XVIII, no *Emílio* de Rousseau (2022, p. 378). Neste período, reflexões, comentários e até mesmo comparações ou equiparações sobre as religiões e suas crenças eram realizadas com muita reserva; o poder das autoridades eclesiásticas, ainda muito concentrados junto à figura do Estado, tornava tais expressões potencialmente custosas.

Esta condição fazia com que muitos autores fizessem comentários bastante velados acerca da religiosidade humana, ou mesmo publicassem anonimamente os textos que trouxessem tais reflexões. No caso do autor que estamos a comentar, que fazia questão de assinar suas obras como *Jean-Jacques Rousseau, cidadão de Genebra*, temos dois casos bastante específicos. No *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, obra em que introduz uma genealogia hipotética da sociedade humana, o autor prefere evitar qualquer polêmica com a autoridade do clero ao afirmar (2020, p. 171), logo no início da obra, que “não se devem tomar as pesquisas, as quais podem introduzir o assunto, por verdades históricas, mas apenas por raciocínios hipotéticos e condicionais, mais apropriados a esclarecer a natureza das coisas do que a mostrar sua verdadeira origem”. Isto certamente garantiu algum fôlego para que sua obra pudesse circular a Europa sem que possíveis cartas pastorais viessem a censurar.

Tal resguardo não seria possível quando o autor redigiu o *Emílio*, obra muito mais densa, em que o fenômeno religioso é discutido em ângulos diversos, assim como a religiosidade dos homens e dos cidadãos, incluindo seu papel na educação dos jovens, algo que incomodou profundamente a Igreja<sup>4</sup>, mas que certamente não pôde ser evitado, dado os complexos caminhos que o autor estava a traçar em seu tratado pedagógico.

---

<sup>4</sup> Poucas semanas após a publicação do *Emílio*, Rousseau recebia a *Carta Pastoral* do arcebispo de Paris, Cristophe Beaumont: “nós condenamos o dito livro como contendo uma doutrina abominável, própria a derrubar a lei natural e a destruir os fundamentos da religião cristã; estabelecendo máximas contrárias à moral evangélica; tendendo a perturbar a

Assim como o papel das crenças no perímetro social, as escrituras sagradas também são colocadas em questão. Rousseau portava dúvidas de que eles realmente podiam representar as crenças pelas quais diziam se prestar, uma vez que teriam sido modificados no decorrer da história, junto com os costumes. Tais obras já haviam passado por diversas traduções, uma vez que os judeus e cristãos do Século XVIII não entendiam mais o hebraico, assim como os persas desta época não entendiam mais o árabe, línguas em que originalmente haviam utilizadas. Ele questiona: “quem me assegurará de que esses livros são traduzidos fielmente, e até mesmo de que isso seja possível? E, quando Deus chega a falar com os homens, por que deve ter necessidade de intérprete? (Rousseau, 2022, p. 379). Ao questionar esta necessidade de intermediários para que estejamos diante da revelação, o autor dá abertura para uma filosofia da religiosidade, que nos encaminhará para as noções rousseauianas acerca da religião natural, que veremos mais adiante. Antes disso, precisamos discutir sobre o fenômeno religioso em sua época e como a diversidade de cultos era tratada.

Rousseau afirma que as principais religiões presentes na Europa no Século XVIII<sup>5</sup> formavam um rol de instituições que detestavam e amaldiçoavam umas às outras, mesmo que elas possuíssem certa proximidade no que se refere às revelações primeiras<sup>6</sup>. Mas se deixarmos a Europa de lado, o que dizer de religiões de nações que seguem a crenças mais distintas? Ora, o nível de tolerância parece se tornar fatalmente raro conforme vamos nos afastando dos padrões admitidos pelos credos que circundam o povo europeu.

Quantos grandes povos não imprimem livros e não leem os nossos! Como julgarão nossas opiniões? Como julgaremos as deles? Zombamos deles, eles nos desprezam e, se nossos viajantes os ridicularizam, só lhes falta, para darem o troco, viajar em nosso meio. Em que território não há pessoas sensatas, pessoas de boa-fé, pessoas honestas, amigas da verdade, que, para professá-la, só procuram conhecê-la? No entanto, cada qual a vê em seu culto e acha absurdos os cultos das outras nações. Portanto, esses cultos estrangeiros não são tão extravagantes quanto nos parecem, ou a razão que encontramos nos nossos não prova nada (Rousseau, 2022, p. 378).

A diversidade de costumes é um tema bastante recorrente na modernidade, no entanto neste período ela é comumente abordada a partir de uma perspectiva onde se valoriza o contexto do observador, nunca do povo observado. Ora, tratar a questão desta maneira só poderia gerar noções etnocêntricas, como poderá ser observado em nosso argumento.

Rousseau faz algumas provocações que podem sugerir uma abordagem minimamente mais diversa, como na passagem do *Emílio* (2022, p. 285), onde afirma que “é preciso estudar a sociedade

---

paz dos Estados, a revoltar os súditos contra a autoridade de seu soberano; contendo um grande número de proposições respectivamente falsas, escandalosas, plenas de ódio contra a Igreja e seus ministros, transgressoras do respeito devido à santa Escritura e à tradição da Igreja, errôneas, impias, blasfematórias e heréticas” (Beaumont *apud* Rousseau, 2005, p. 235).

<sup>5</sup> Rousseau refere-se (2022, p. 378) ao judaísmo, ao cristianismo e ao islamismo.

<sup>6</sup> Isto é, ambas estão baseadas nos dogmas mínimos basilares do monoteísmo: a existência de um Deus, a imortalidade da alma e a existência de uma moral universal, expressa pelos dogmas sagrados.

pelos homens e os homens pela sociedade: aqueles que quiserem tratar separadamente a política e a moral nunca entenderão nada de nenhuma das duas”. Nesse contexto, vale também citarmos a célebre afirmação do *Ensaio sobre a origem das línguas*:

O grande defeito dos Europeus é insistir em filosofar sobre a origem das coisas a partir do que se passa ao seu redor. [...] Se o intuito é estudar os homens, é preciso observar perto de si; mas, para estudar o homem, deve-se aprender a lançar a vista ao longe. É preciso primeiro observar as diferenças, para depois descobrir as propriedades (Rousseau, 2020, p. 313).

Esta diferenciação conceitual, entre o *homem* e os *homens* é importante no contexto rousseauiano, uma vez que o autor tem interesse em abordar ambos, tanto o *ser humano* – em sua universalidade – quando o *cidadão* – em seu enredamento cultural. Por razão de nos mantermos atentos ao problema apresentado no início de nosso texto, não nos aprofundaremos nesta distinção. Por outro lado, nos parece mais importante nesse contexto enfatizar que os comentários do genebrino sobre as limitações dos europeus não seriam suficientes, enquanto maneira de instigar, para que uma suposta *virada copernicana* em relação à compreensão dos costumes de sociedades não europeias fosse possível. Usaremos um exemplo bastante pontual para expressar como a questão era vista, de modo geral, no pensamento ocidental na Era da Ilustração, época que, em meio do presumido “esclarecimento”, há uma série de preconceitos intocáveis, os quais Rousseau fez o possível para problematizar. Tomemos aqui, então, a *História natural* do conde de Buffon, talvez o manual naturalista mais difundido da época, mais especificamente em seu terceiro tomo, onde o autor comenta as variações da espécie humana, a partir de sua cultura e seus costumes.

As referências de Buffon partem de relatos de viajantes e missionários que haviam visitado regiões afastadas da Europa, como as regiões gélidas do Norte, além do continente africano, das ilhas da Oceania, da Ásia e toda a vastidão do Novo Mundo. Em uma breve análise sobre os povos isolados das regiões mais frias do Norte, como os lapões, os borandienos, os samoiedos, os groenlandeses, entre outros, o autor se precipita a concluir o seguinte: “Esses povos não apenas se assemelham pela feiura, pela pequenez e pela cor dos cabelos e dos olhos, como também têm todos praticamente as mesmas inclinações e os mesmos costumes, sendo grosseiros, supersticiosos e estúpidos” (Buffon, 2020, p. 310).

De modo geral, as observações comparativas de Buffon se detêm especialmente nos preconceitos que esbarram na fisionomia desses povos, por vezes deixando de lado a riqueza dos costumes e a possibilidade argumentativa que as nações distantes podiam lhe reservar. Aliás, sempre que se refere a costumes muito diversos daqueles que a Europa conhece, o autor prefere o fazer de maneira pejorativa. Entretanto, Buffon não raramente dedica o espaço de sua obra para realizar

exercícios de inferiorização, tanto sobre os costumes quanto a fisionomia de povos que ele nem mesmo havia visto<sup>7</sup>.

No que se refere aos costumes, a religiosidade não é deixada de lado por Buffon. Vejamos esta passagem em que ele comenta os modos dos lapões e samoiedos, povos que habitavam as neves do continente europeu:

Não têm, por assim dizer, qualquer ideia de religião nem de um ser supremo; a maior parte deles é idólatra e todos são muito supersticiosos; são mais grosseiros do que selvagens, são desprovidos de coragem, de respeito por si mesmos, de pudor; os costumes que esse povo abjeto tem são apenas o bastante para que se possa desprezá-lo (Buffon, 2020, p. 311).

Compreendemos que o conde de Buffon está a sublinhar as diferenças entre os povos, como um bom antropólogo poderia fazer nos tempos atuais; no entanto, nos parece notório que há certo esforço para imprimir uma noção de que tais povos seriam inferiores, sobretudo em sua religiosidade, em adjetivos que a antropologia jamais admitiria.

Rousseau parece não carregar esse fardo etnocêntrico, tão comum na modernidade; por mínimo que seja, o autor se prestou a interpretações mais diversas acerca dos relatos de viagens, estes, muito populares entre os europeus, que muito apreciavam saber sobre os detalhes “pitorescos” dos costumes dos povos originários, como se os mesmos fossem “anedotas sobre seres pouco esclarecidos”. A noção de que só os europeus haviam criado condições epistêmicas de compreender o mundo, e com isso viver uma vida feliz e plena é também uma característica do Iluminismo, embora muitas vezes ignorada em função da celebração à época.

Em relação à religiosidade, ao protagonizar provocações sobre a diversidade de cultos, e da impossibilidade de que um fosse reconhecido como verdadeiro em detrimento dos demais, Rousseau teria iniciado provocações primárias para uma abordagem *relativista* acerca da religiosidade, e depois disso, de uma etnografia da religião. A provocação para que fôssemos ao encontro dos sectários, ignorando os dogmas encontrados nos livros sagrados, parece apontar para este caminho. Veremos aqui algumas passagens da *Profissão de fé* que parecem apontar nessa direção:

[...] antes de confiar nesse livro que chamais de sagrado e do qual nada compreendo, devo saber por meio de outrem quando e por quem foi escrito, como se conservou, como chegou até vós, que razões alegam os que o rejeitam no local, embora saibam tão bem quanto vós tudo o que me ensinai? Vós bem sentis que preciso necessariamente ir à Europa, à Ásia e à Palestina para examinar tudo por mim mesmo; seria preciso que eu fosse louco para vos ouvir antes disso (Rousseau, 2022, p. 382).

O autor traz a religiosidade para o campo terreno: se na Europa ela se revela por meio de um Deus, na Ásia e na Palestina teremos histórias distintas, consideradas verdadeiras por pertencerem a

---

<sup>7</sup> Uma vez que suas afirmações são baseadas em relatos de viajantes.

contextos distintos. Aqui, ele desdobra o tal *defeito dos europeus*, que citamos anteriormente, o de filosofar sobre as coisas somente a partir do que se passa ao seu redor, sem lançar seu olhar ao longe.

Ele continua instigando que o missionário precisaria *provar* as verdades reveladas pela religião professa, antes que seu intermediário se tornasse um seguidor. Surge daí uma interessante provocação protagonizada pelo genebrino, ainda na figura do vigário saboiano:

Defendo que todo homem sensato deve, em caso semelhante, falar assim e mandar para bem longe o missionário que, antes da verificação das provas, quer apressá-lo para instruí-lo e batizá-lo. Ora, defendo que não há revelação contra a qual as mesmas objeções não tenham tanta ou mais força do que têm contra o cristianismo. Donde se segue que, se só houver uma religião verdadeira e se todo homem for obrigado a segui-la sob pena de danação é preciso passar a vida estudando-as todas. Aprofundando-as, comparando-as, percorrendo os lugares onde foram estabelecidas (Rousseau, 2022, p. 382).

A cada parágrafo, vamos entrando em uma espécie de fantasia que acompanha a jornada daquele que, sob pena de punição, teria o dever de descobrir qual a religião correta a ser seguida pelos homens. O exercício narrativo que Rousseau se dedica aqui é bastante conhecido pelo autor: trata-se da conjectura filosófica<sup>8</sup>; por meio desta, ele nos possibilita uma reflexão sobre a impossibilidade de esclarecermo-nos diante da multiplicidade de crenças. Nesta história conjectural, a própria sociedade sucumbe à audaciosa empreitada daqueles que buscam se esclarecer em meio à diversidade de cultos:

O artesão que só vive de seu trabalho, o lavrador que não sabe ler, a jovem delicada e tímida, o doente que mal pode sair de seu leito, todos, sem exceção, devem estudar, viajar, percorrer o mundo; não haverá mais povo fixo e estável; a terra inteira ficará coberta apenas de peregrinos indo, com grandes despesas e longas fadigas, verificar, comparar, examinar por si mesmos os cultos diversos que ali se seguem. Então, adeus aos ofícios, às artes, às ciências humanas e a todas as ocupações civis; não pode mais haver outro estudo que não o da religião. Com muita dificuldade, aquele que tiver gozado da saúde mais robusta, empregado melhor seu tempo, usado melhor sua razão, vivido mais anos saberá, em sua velhice, onde se fixar; e será muito se aprender antes de sua morte em que culto deveria ter vivido (Rousseau, 2022, p. 382).

A conclusão para o problema se dá justamente na impossibilidade: somente aquele que detivesse a melhor saúde, e que tivesse também maiores virtudes e também muita sorte poderia chegar à resposta, ainda que com muita dificuldade; dependerá, ainda, de ter uma vida longa, para que tenha tempo o suficiente para gozar de seu esclarecimento. Em suma, trata-se de um problema onde depende-se de fatores múltiplos, o que legitima o viés assumidamente relativista do problema alocado pelo autor.

---

<sup>8</sup> Nos referirmos ao método assumido no *Discurso sobre a desigualdade*, muito bem expresso na passagem: “confesso que como os acontecimentos que tenho a descrever poderiam ter acontecido de diversas maneiras, só posso me definir sobre a escolha por conjecturas” (Rousseau, 2020, p. 205). A narrativa assumida no contexto que comentamos aqui é expressa de maneira semelhante, trata-se de uma situação hipotética, da qual o autor se serve para o embasamento de sua argumentação. “Mas, além de essas conjecturas se tornarem razões, quando são as mais prováveis que se podem tirar da natureza das coisas e os únicos meios dos quais se podem dispor para descobrir a verdade, as consequências que quero deduzir das minhas nem por isso serão conjecturais” (Rousseau, 2020, p. 205).

De acordo com Thomaz Kawauche em *Educação e filosofia no Emílio de Rousseau*,

Rousseau pretende demonstrar, no discurso ambivalente do vigário, que não é possível assumir uma posição definitiva, contrária ou favorável, em relação às religiões instituídas com base na revelação, uma vez que há razões sólidas tanto de um lado quando de outro, o que nos força a suspender o juízo. Ao perceber as dificuldades para se escolher um lado no confronto inconclusivo dos argumentos, somos persuadidos de que a atitude da tolerância é necessária, já que tudo o que importa conhecer são os dogmas essenciais, o que é plenamente compreensível se considerarmos, de acordo com nossa leitura, que Rousseau quer passar das discussões sobre religião para questões ligadas à política (Kawauche, 2021, p. 201).

Esta adequação direcionada à *suspensão do juízo* que é afirmada aqui, se refere justamente àquele que teria condições de identificar que, na torrente dos mais diversos cultos, compreendendo a posição e os dogmas de cada um, seria impossível tomar uma posição em definitivo. No entanto, o que ordinariamente ocorre é o oposto do que é colocado na conjectura rousseauiana: ninguém estudará, se aprofundará e comparará os cultos suficientemente, para então chegar na conclusão “virtuosa”, se é que podemos assim afirmar.

Os europeus permanecerão reféns de suas conclusões preconceituosas, lugar o qual outros povos também poderão brindar, se seguirem o mesmo caminho vicioso que estes. Bem como é observado pelo genebrino, “se o filho de um cristão faz bem em seguir, sem um exame profundo e imparcial, a religião de seu pai, por que o filho de um turco faria mal em seguir, da mesma forma, a religião do pai dele?” (Rousseau, 2022, p. 383).

Ora, o que parece faltar é justamente uma visão filosófica do mundo. E é sobre ela que pretendemos discutir na próxima seção, que se dedicará a outra provocação protagonizada pelo autor, onde pensadores são convidados a levantarem de seus gabinetes para conhecer o mundo ao seu redor. Este convite, que também pode ser lido como um intuito provocativo ou até conjectural, só poderia encaminhar os homens para um único destino, a tolerância à diversidade cultural.

### **Observação (e depreciação) dos povos nos relatos de viagens**

Nas notas finais do *Discurso sobre a desigualdade*, Rousseau chama a atenção para o intuito que os cristãos europeus carregavam consigo, este, de converter os povos isolados para a religião cristã, algo que foi trabalhado com muita ênfase por missionários desde o *Renascimento*. No entanto, o autor observa que tais esforços teriam sido vão; os povos colonizados até podiam ser forçados a se converter, mas nenhum deles teria se convertido por livre e espontânea vontade. Além disso, nada teria sido mais repugnante do que abandonar seus modos para viver conforme os europeus viviam.

É notável que os europeus, que por tanto tempo vêm se atormentando para conduzir os selvagens das várias partes do mundo à sua maneira de viver, não tenham ainda conquistado um único deles, nem mesmo para o cristianismo; nossos missionários podem até fazer cristãos, jamais, porém, homens civilizados. Nada pode superar sua invencível repugnância em adquirir nossos costumes e viver ao nosso modo (Rousseau, 2020, p. 280).



Teria sido muito insistente, portanto, a empreitada que tratou de converter os povos à condição sectária de seus colonizadores. É muito provável que nativo algum tenha realmente esquecido dos deuses de seus cultos originários, de seus rituais, e da naturalidade com que eles se espalhavam pela comunidade indígena. Entretanto, é também parte das vias instintivas do homem que ele faça o possível para conservar sua vida, e a presença europeia e cristã, neste contexto, se tornava um perigo mortal para aquele que não se convertesse.

Parece-nos adequado citar, nesse contexto, o trecho do relato das *Histoire générale des voyages* que é citado por Rousseau no *Discurso sobre a desigualdade*, justamente porque ele expressa quão artificial foi a obediência dos povos nativos em relação à catequização cristã, algo que no processo colonizador das Américas só se obteve sucesso a partir da subjugação e seu caráter simbólico de violência cultural. Vejamos a passagem citada:

Todos os esforços dos missionários holandeses do cabo da Boa Esperança foram incapazes de converter sequer um hotentote. Van der Stel, governador do Cabo, tomou um deles desde a infância e fez com que fosse educado segundo os princípios da religião cristã e segundo a prática dos costumes da Europa. Vestiu-o ricamente, ensinou-lhe várias línguas, e seus progressos corresponderam plenamente aos cuidados com sua educação. O governador, cheio de expectativas, enviou-o às Índias com um comissário-geral que o empregou nos negócios da Companhia. Com a morte do comissário, ele retornou ao Cabo. Poucos dias após o seu retorno, visitou alguns parentes hotentotes e decidiu despojar-se de seus adereços europeus para se vestir com uma pele de ovelha. Retornou ao forte nesse novo traje, carregando um pacote com suas antigas vestimentas e, apresentando-as ao governador, pronunciou o seguinte discurso: ‘Tende a bondade, senhor, de atentar para o fato que renuncio para sempre a este aparato. Renuncio, também, por toda a vida, à religião cristã: minha resolução é viver e morrer na religião, nos costumes e usos de meus antepassados’ (Rousseau, 2020, p. 282).

Neste parágrafo, temos uma expressão que contraria a noção de que os povos isolados são facilmente enganáveis ou manipuláveis; e por mais que Rousseau se valha propriamente de um relato de viagem, ele está a argumentar justamente contra a utilização desta espécie de material para falar acerca de povos tão distantes, tão diferentes, tão desconhecidos.

No dezoito, a observação dos povos era uma ciência bastante imprecisa, realizada de modo unilateral, onde viajantes, comerciantes e missionários que se arriscassem a alguma intimidade com a escrita se punham a escrever sobre os povos observados, sem qualquer regra ou determinação. Entretanto, tais escritos se tornaram incrivelmente populares na Europa, e deram origem a inúmeros periódicos que tratavam de descrever os modos desses povos, os quais os leitores nutriam certa curiosidade, mas que possivelmente jamais teriam a chance de conhecer.

Rousseau era um ávido leitor dos relatos, ao mesmo tempo que um crítico; e não depreciava apenas os relatos em si, mas também a forma como os mesmos eram lidos e interpretados, especialmente na França: “de todos os países da Europa, nenhum há onde se imprimam tantas histórias e tantos relatos de viagem quanto na França; e nenhum há onde se conheçam menos o gênio

e os costumes das outras nações” (Rousseau, 2022, p. 579). Talvez esteja no cerne de seu argumento o fato de que os autores desses textos eram incapazes de perceber a lógica por trás dos costumes observados.

Os particulares podem ir e vir, mas parece que *a filosofia não viaja*, e a de cada povo é pouco apropriada aos outros. A causa disso é manifesta, pelo menos para os lugares mais distantes. Pois há apenas quatro tipos de homens que fazem longas viagens: os marinheiros, os mercadores, os soldados e os missionários (Rousseau, 2020, p. 269, grifos nossos).

Pouco versados na arte de pensar a respeito da diversidade de costumes que os povos portavam, Rousseau sugere que os viajantes carregavam consigo certa incapacidade narrativa, e que não poderiam chegar a conclusões distintas do que costumavam chegar, e a isto inclui presumir que povos que mantinham um diálogo próximo com a natureza fazia deles “povos atrasados no tempo”, que seriam integrados apenas por “selvagens sem modos”, portadores de uma “inocência estúpida” e de “gostos pouco refinados”, o que os tornaria incapazes de brincar dos níveis supostamente elevados de satisfação que só o povo europeu teria sido apto, como se este fosse o único povo civilizado e capaz de felicidade e contentamento.

É a partir desse problema que o genebrino supõe que os povos precisariam ser observados com maior apuração de critérios; “tudo que se faz por razão deve ter suas regras. As viagens, consideradas como parte da educação, devem ter as suas” (Rousseau, 2022, p. 585). Nesse sentido, pensadores poderiam prestar um grande serviço à humanidade se abandonassem seus gabinetes para embarcar em aventuras por países pouco conhecidos, podendo observar e descrever os costumes como viajante algum já teria realizado.

Suponhamos um Montesquieu, um Buffon, um Diderot, um Condillac, ou homens dessa têmpera, realizando, com o intuito de instruir seus compatriotas, a mais importante de todas as viagens, a que deve ser feita com mais cuidado, observando e descrevendo, como ninguém, [...] todas as regiões selvagens. Suponhamos que esses novos Hércules, ao regressarem dessas excursões memoráveis, escrevessem em seguida, com gosto, a história natural, moral e política do que tivessem visto: então, *veríamos surgir de sua pena um mundo novo, e aprenderíamos a conhecer o nosso* (Rousseau, 2020b, p. 271, grifos nossos).

A perspectiva que é sugerida por Rousseau clama por aproximação; o autor parece brandir a chance que teríamos de conhecer as diferentes culturas, deixando de lado nossos preconceitos, e com esta abertura, poderíamos tornar mais expressivo nosso conhecimento sobre a humanidade enquanto tal, sobre seus potenciais. De acordo com o genebrino, somente filósofos ou “homens dessa têmpera” poderiam criar as tramas necessárias para que pudéssemos compreender a lógica por trás dos modos e das crenças dos outros povos. Inicia-se aí uma série de provocações que o autor faria e que o

aproximam de métodos utilizados pela ciência antropológica, formalizados apenas no início do Século XX, como é o caso da etnografia<sup>9</sup>.

### **Fechar os livros, compreender o outro**

Para o reforço de nossa investigação, queremos sublinhar aqui a relação da abordagem de Rousseau a respeito da tolerância entre cultos distintos. Em certos pontos, o autor toma posições sumariamente ponderadas, sugerindo que as verdades reveladas pelas religiões não possuem validade universal precisamente por não ser possível assumir uma só posição, contrária ou favorável, se comparássemos a sacralidade de dogmas e escrituras dos cultos; são coisas que não podem ser comparadas, afinal: “se o filho de um cristão faz bem em seguir, sem um exame profundo e imparcial, a religião de seu pai, por que o filho de um turco faria mal em seguir, da mesma forma, a religião do pai dele?” (Rousseau, 2022, p. 383).

Desafiando, assim, que os intolerantes respondessem à provocação, é possível dizer que a reflexão de Rousseau é também um convite à tolerância, esta, que embora estivesse presente nas discussões filosóficas da modernidade, ainda se tratava de uma manifestação ordinariamente rara, sobretudo no que se refere ao debate sobre a diversidade de costumes. Para sermos justos, podemos dizer que é uma questão que só passou a ser discutida com devida seriedade entre o final do Século XIX e o início do XX, com o advento de ciências sociais como a antropologia e a sociologia. Poucos problematizaram a questão de que os viajantes se prestavam ao ofício da depreciação ao descrever os costumes de outros povos<sup>10</sup>. Comentadores desses relatos, como Buffon, apenas sublinhavam os preconceitos dos viajantes, o que inclui a perspectiva da diversidade de cultos, observada com frequência a partir de palavras de estranhamento, desconfiança, distanciamento.

Vejamos mais uma provocação presente no *Emílio*:

Não vedes que, antes de confiar nesse livro que chamais de sagrado e do qual nada compreendo, devo saber por meio de outrem quando e por quem foi escrito, como se conservou, como chegou até vós, que razões alegam os que o rejeitam no local, embora saibam tão bem quanto vós tudo o que me ensinai? Vós bem sentis que preciso necessariamente ir à Europa, à Ásia e à Palestina para examinar tudo por mim mesmo; seria preciso que eu fosse louco para vos ouvir antes disso (Rousseau, 2022, p. 382).

---

<sup>9</sup> Questão que é discutida mais alargadamente por Claude Lévi-Strauss no texto *Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem*.

<sup>10</sup> Entretanto, no que se refere à problematização da observação dos costumes, não podemos esquecer de que Michel de Montaigne inspirou muito Rousseau em suas reflexões. Ele escreve, em seus *Ensaaios*, no texto *Dos canibais*: “As pessoas dotadas de finura observam melhor e com mais cuidado as coisas, mas comentam o que veem e, a fim de valorizar sua interpretação e persuadir, não podem deixar de alterar um pouco a verdade. Nunca relatam pura e simplesmente o que viram, e para dar crédito à sua maneira de apreciar, deformam e ampliam os fatos. A informação objetiva nós a temos das pessoas muito escrupulosas ou muito simples (...). Gostaria que cada qual escrevesse o que sabe e sem ultrapassar os limites de seus conhecimentos” (Montaigne, 2005, p. 195).

Este parágrafo pode reservar abordagens diversas; em um primeiro termo, o ceticismo do autor parece nos saltar aos olhos, como se ele estivesse a pregar uma espécie de ateísmo ou irreligião<sup>11</sup>. Entretanto, esta série de questionamentos que Rousseau levanta acerca da legitimidade do texto sagrado, ou mesmo de quais seriam as formas de compreender o mesmo, combinada à provocação para que cada um siga até a região onde o credo teria sido instituído preliminarmente, para que então cada um pudesse verificar se a constituição do dogma corresponde com a crença, sendo este, como já comentamos, um incitamento conjectural apenas.

Esta nos parece muito mais uma maneira de instigar o leitor a um questionamento que já havia sido encorajado em outros momentos pelo autor: que fechemos os livros, que concentremos a atenção no que está se passando ao nosso redor. Ora, para falarmos sobre a sociedade moderna na Europa, precisaremos fechar o livro dos filósofos; para relatar verdadeiramente como são os costumes dos povos isolados, precisaremos fechar os livros onde constam os relatos de viagens. Neste contexto, nos faz necessário perguntar: para termos melhor compreensão sobre o fenômeno religioso, devemos fechar também, pois, os livros sagrados<sup>12</sup>?

Fechar os livros e observar o mundo ao nosso redor é uma ideia que Rousseau reiteradamente se refere, em diversas obras. Esta afirmação se desenvolve ainda na primeira obra do autor, o *Discurso sobre a ciência e as artes*, onde ele culpabiliza as práticas intelectuais “exercidas na sombra dos gabinetes” (Rousseau, 2020, p. 57) pelo processo de policiamento dos costumes, fazendo com que o povo europeu tivesse ganhado “as aparências de todas as virtudes, sem haver nenhuma” (Rousseau, 2020, p. 41), tornando-se, assim, um povo dissimulado e dependente de incontáveis comodidades, que teria esquecido de seus deveres e mergulhado no seio dos vícios, encarando-os como supostas virtudes, reduzidas a uma “arte de agradar”, onde parece valer a pena deformar a verdade ou mesmo ignorá-la para manter as boas aparências, garantir as honrarias, entre outras questões que só importam à empreitada da etiqueta e da polidez. Em uma resposta às objeções de sua obra, Rousseau comenta a respeito do Sr. Gautier, membro da Academia Real de Belas Letras de Nancy:

O sr. Gautier teve o trabalho de dizer-me que há povos viciosos que não são doutos, e bem que eu duvidara que os calmuços, os beduínos, os cafres, não eram prodígios de virtude nem de erudição. Se o sr. Gautier tivesse tido o mesmo cuidado em mostrar-me algum povo douto que não fosse vicioso, teria surpreendido mais. (...) O sr. Gautier admira em todo lugar a pureza de nossos costumes atuais. Essa boa opinião que ele tem certamente honra muito os seus; mas ela não anuncia uma grande experiência. Dir-se-ia, pelo tom com que fala, que ele estudou os homens como os peripatéticos estudavam a física, sem sair do gabinete. Quanto a

---

<sup>11</sup> Como foi definido pelo censor do *Emílio*, o arcebispo de Paris, Cristophe de Beaumont: “nesta obra, apodera-se dos primeiros momentos do homem, afim de estabelecer o império da irreligião” (BEAUMONT apud ROUSSEAU, 2005, p. 220). Rousseau, por sua vez, sempre negou tal acusação.

<sup>12</sup> Esta ideia também aparece no *Discurso sobre a desigualdade*, quando o autor sugere que devemos “afastar todos os fatos, pois que não levam à questão” (Rousseau, 2020, p. 171). Os “fatos” referenciados pelo autor são justamente as verdades reveladas pelas escrituras sagradas. Para maiores detalhes sobre a questão, cf. *Anthropologie et politique: les principes du système de Rousseau*, de Victor Goldschmidt.

mim, eu fechei os livros; e depois de ter ouvido os homens falarem, eu os vi agir (Rousseau, 2020, p. 98).

No âmbito de Rousseau, a crítica aos teóricos de gabinete é direcionada justamente aos *philosophes* franceses. No *Emílio*, ele escreve: “fechei, portanto, todos os livros. Deles, um só há que está aberto a todos os olhos: é o da natureza” (Rousseau, 2022, p. 383). Com isso, temos a sugestão de que não poderemos resolver problemas mundanos somente com aparatos teóricos<sup>13</sup>. Mas, por outro lado, também está a incitar a formação de uma filosofia que pudesse ir além dos livros: “porque a Europa está cheia de livros, os europeus os consideram indispensáveis, sem pensar que, em três quartos da terra, livros nunca foram vistos” (Rousseau, 2022, p. 379). No entanto, mais que condenar o uso dos livros, os quais ele mesmo se prestou a escrever, Rousseau queria instigar pensadores que pudessem atuar para além de suas bancadas; e, talvez mais que isso, lançar nosso olhar para além da estreiteza de nossos horizontes.

Esta provocação é importante dentro de nossa investigação, uma vez que estamos a considerar se é possível sugerir que, principalmente na *Profissão de fé do vigário saboiano*, o autor parece realizar provocações para uma espécie de *etnografia da religião*: “para bem julgar uma religião, não devemos estudá-la nos livros de seus sectários, e sim, ir aprendê-la com eles; isso é muito diferente” (Rousseau, 2022, p. 378). Entretanto, se retornamos às respostas às objeções do *Primeiro discurso*, inclusive, veremos que o genebrino não pretende condenar os livros sagrados. Vejamos o que ele escreve na *Última resposta ao Sr. Bordes*:

Em primeiro lugar, os eruditos jamais escreverão a mesma quantidade de obras boas quantos maus exemplos eles transmitem. Em segundo lugar, sempre haverá mais livros ruins do que bons. Em terceiro lugar, os melhores guias que as pessoas de bem podem ter são a razão e a consciência [...]. Enfim, para qualquer homem, não há livros necessários a não ser os de religião, os únicos que nunca condenei (Rousseau, 2020, p. 129).

O viés declarado pelo autor neste parágrafo transfere para a razão e para a consciência a responsabilidade sobre a conduta humana, incluindo o que se refere à religião. Rousseau iria trazer declarações mais claras sobre essas duas faculdades apenas no *Emílio*, onde ele também explana o conceito de religião natural, que é bastante importante para nosso argumento, e que é o tema da próxima seção.

## **Natureza humana e religião natural**

Nesta seção, trataremos algumas noções que são desenvolvidas na *Profissão de fé*, e que se fazem necessárias para esclarecer alguns pontos em aberto. Primeiramente, falemos deste, que seria

---

<sup>13</sup> Longe de incitar diretamente qualquer espécie de revolução, Rousseau manteve esta sugestão com certa obscuridade. Na prática, os movimentos do autor se restringiram principalmente àquele lugar que lhe parecia tão problemático, o gabinete.

o único meio de resolver o problema epistêmico da religiosidade sem entrarmos no paradoxo entre a verdade e os dogmas revelados. Estamos a falar da religião natural.

Ela é assim denominada por estar em conformidade com a natureza humana, e não depender de revelações metafísicas, comuns às religiões reveladas. Mais que isso, ela também parte dos sentimentos, percepções ainda anteriores à racionalidade: “nossa sensibilidade é incontestavelmente anterior à nossa inteligência, e tivemos sentimentos antes de ter ideias” (Rousseau, 2022, p. 359). É por meio dos sentimentos, portanto, que a religião natural se revela, considerando que “nunca é falso que eu sinta o que eu sinto” (Rousseau, 2022, p. 333), e que a racionalidade implica a formação de juízos particulares, ou seja, juízos ativos, considerações artificiais acerca da experiência:

Não sou, pois, simplesmente um ser sensitivo e passivo, mas um ser ativo e inteligente, e, a despeito do que a filosofia possa dizer sobre isso, ousarei aspirar à honra de pensar. Sei apenas que *a verdade está nas coisas e não em meu espírito que as julga*, e que, quanto menos ponho de meu nos juízos que lanço sobre elas, mais seguro estou de me aproximar da verdade. Assim, minha regra de me entregar mais ao sentimento do que à razão é confirmada pela própria razão (Rousseau, 2022, p. 334, grifos nossos).

A atividade proporcionada pela razão é propensa à falha; em nossas considerações, misturamos a falibilidade própria de nossa racionalidade à verdade das coisas; ao considerar, criamos uma representação que difere da verdade das coisas, que provavelmente será distorcida. A razão é uma ferramenta limitada e falível. Os sentimentos, por sua vez, são realizados por um princípio passivo e infalível, que parte da *consciência*, esta, que para Rousseau é uma espécie de voz da alma, onde há noções inatas de justiça e de virtude. É por sua conformidade à natureza que seus impulsos jamais erram, portanto. Como afirma Kuntz (2019, p. 42), “entregar-se mais ao sentimento que à razão significa, pois, entregar-se mais à ‘verdade das sensações’ que aos riscos do julgamento passível de erro”. A consciência não pode errar, pois ela age passivamente, apenas reagindo às impressões, sem criar considerações.

A noção de religião natural no Século XVIII é bastante variável; de acordo com Kawauche em *Religião e política em Rousseau* (2013, p. 102), no contexto que aqui tratamos ela poderia ser concebida como a essência purificada da religião, ou, em outras palavras, parte de uma ideia de religião essencial, simples e pura, sem muitos dogmas. Em Rousseau, ela representa um vínculo direto do indivíduo com a figura do divino, e está resumida em três dogmas essenciais: a existência de Deus, da alma e de uma noção inata e universal de justiça – esta, que nos seria acessível pelo que a consciência *sente*, e não por operações realizadas pela faculdade racional.

A razão traça um caminho distinto da consciência e tende a se enganar, pois está em conformidade com o ser humano *aculturado, desnaturado*, que considera e com isso tende a se enganar. A consciência, por sua vez, responde somente à natureza, esta, perfeita em suas determinações, e o verdadeiro guia do homem. Não à toa, Rousseau inicia o *Emílio* afirmando (2022,

p. 7) que “tudo está bem ao sair da mão do autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem”. Ou, em outras palavras, a natureza se fragmenta no falho reino da opinião.

Este reino da opinião, por sua vez, brota do afastamento progressivo do ser humano e de sua natureza, do abuso de suas faculdades, do excesso de confiança em sua racionalidade, tão comum entre pensadores da época moderna. A desnaturação do homem o encaminha para sua própria falibilidade: “enquanto o falso é suscetível de uma infinidade de combinações, a verdade tem apenas uma maneira de ser” (Rousseau, 2020, p. 52).

Para Rousseau, a presença divina representa o que há de mais puro na natureza: “dado que Deus é a fonte de toda sabedoria, ele pretende que nós nos governemos segundo os princípios da sabedoria que colocou em nosso espírito” (2015, p. 193). No entanto, uma das bases mais cruciais da antropologia rousseauiana é justamente a noção de que há uma deformação na natureza humana<sup>14</sup>. A perfeição da natureza, da perspectiva de Rousseau, não deve ser alterada, pois ela é perfeita e harmônica: “o quadro da natureza só me oferecia harmonia e proporções, o do gênero humano só me oferece confusão e desordem” (Rousseau, 2022, 343).

A religião natural é concebida, por sua vez, como uma região “pura” da religiosidade humana, do contato direto do homem com a matriz divina, e por meio dela seria possível estabelecer uma trama presente por todo o tecido da diversidade de cultos. É esta noção que nos aproximaria de um estado de tolerância; segundo Kawauche (2021, p. 197), a religião natural seria “uma solução prática para unir os diversos cultos a despeito do fato de haver uma miríade de revelações particulares, cada uma das quais arrogando a si mesma o título de única portadora da verdade”.

À parte disso, entretanto, há um esforço que também é comum aos cultos, que é inserir palavras e determinações específicas na figura divina, as quais, segundo o autor, estariam por atribuir paixões humanas ao Deus adorado. Tal tendência, por sua vez, pode criar certos estranhamentos entre cultos e seus seguidores, faz com que nos afastemos da tolerância, uma vez que as revelações atribuídas à diversidade de religiões estariam a inserir dogmas particulares, que de acordo com Rousseau, mais nos afastariam do que propriamente aproximariam do contato direto com o divino – garantia que só a religião natural poderia nos propiciar.

Dizem-me que seria preciso uma revelação para ensinar aos homens a maneira como Deus queria ser servido; assinalam como prova disso a diversidade dos cultos bizarros que instituíram e não veem que essa mesma diversidade vem da fantasia das revelações. Desde que os povos tiveram a ideia de fazer Deus falar, cada qual o fez falar a seu modo, fazendo-o dizer o que queriam que dissesse. Se só tivessem ouvido o que Deus diz ao coração do homem, nunca teria havido mais do que uma religião na Terra (Rousseau, 2022, p. 367).

---

<sup>14</sup>Alguns conceitos da antropologia rousseauiana, como o *amor-próprio* e a *perfectibilidade*, são certamente muito importantes no contexto em que estamos a descrever, no entanto não serão abordados no presente artigo.

A diversidade de cultos tende, portanto, a deformar supostas revelações na direção daquilo que é mais adequado para as regras específicas de cada culto. Assim sendo, fazem com que Deus fale apenas o que querem ouvir, atribuindo paixões humanas à inteligência divina e degradando a experiência religiosa como um todo.

Isso se deve, em parte, ao desconhecimento acerca de nossa natureza, do funcionamento de nossas faculdades, da forma como as paixões teriam tomado conta de nossos costumes.

Compreendi que a insuficiência do espírito humano é a primeira causa dessa prodigiosa diversidade de sentimentos, e que o orgulho é a segunda. Não temos a medida dessa máquina imensa, não podemos calcular as relações; não conhecemos nem as suas primeiras leis nem a causa final; somos ignorantes acerca de nós mesmos; não conhecemos nem nossa natureza nem nosso princípio ativo; mal sabemos se o homem é um ser simples ou composto; mistérios impenetráveis cercam-nos por toda a parte; eles estão acima da região sensível; para penetrá-los, acreditamos ter inteligência e só temos imaginação (Rousseau, 2022, p. 329).

Esta insuficiência do espírito humano talvez possa explicar nossa incapacidade argumentativa de tomar conclusões claras a respeito de nossas ações e crenças; elas sempre serão relativas a uma sociedade e suas necessidades específicas.

Na religião natural podemos encontrar o convite à tolerância que procurávamos, entretanto, garantir a existência desta atitude de tolerância pode ser algo problemático, justamente porque as populações comumente agem de acordo com os códigos morais instituídos pelas religiões reveladas, e muitas vezes dentro dessas regras *há* o espaço para a intolerância, precisamente porque um culto pode cultivar dogmas que contrariam dogmas alheios e vice-versa. Este espaço para a intolerância é permitido justamente pela razão, aliada a vícios de consideração, estes, que permitem também que o homem se afaste fatalmente da natureza, ou seja, que por meio de sua liberdade permita sua própria desnaturação.

## **Considerações Finais**

Estivemos desdobrando, neste artigo, argumentos que pudessem esclarecer se teríamos condições de considerar que Rousseau teria realizado provocações para uma *etnografia da religião* a partir do texto *Profissão de fé do vigário saboiano*, apoiado por outros textos do autor. Pensamos que nossa pergunta pode ser respondida afirmativamente, embora não possamos apontar o genebrino, neste contexto, como um fundador da ciência antropológica ou mesmo de um método etnográfico, nem mais especificamente no que se refere às religiões e a diversidade de cultos.

Na primeira seção, tratamos da crítica rousseauiana acerca da perspectiva etnocêntrica dos europeus no século XVIII, que julgavam outras culturas sem compreendê-las verdadeiramente; o autor enfatiza a necessidade de tolerância e respeito pela diversidade religiosa e cultural, ao argumentar que os preconceitos e juízos precipitados impedem um verdadeiro entendimento das



diferentes tradições. A seguir, tratamos dos relatos de viagens dos europeus, estes, que frequentemente depreciavam os povos observados, impondo-lhes uma visão unilateral e preconceituosa. Rousseau destaca que tais relatos falhavam em fornecer um entendimento genuíno das culturas descritas, reforçando preconceitos ao invés de promover a compreensão. Por fim, destacamos a proposta conjectural do autor para o estudo das religiões, sugerindo que pensadores deveriam sair de seus gabinetes e observar diretamente as culturas ao seu redor, como se só assim fosse possível alcançar uma verdadeira tolerância cultural e religiosa, superando os preconceitos e aproximando-se da essência das diferentes crenças, reconhecendo a complexidade e a subjetividade envolvidas na escolha de uma religião.

Já em relação à religião natural, que se aproxima de uma espécie de solução visada pelo autor, como no *Contrato Social*, em que estrutura sua utopia de uma nova civilização fundamentada, entre outros aspectos políticos, na unicidade da Religião Natural com a Religião Civil. A unicidade existente entre Religião Natural e Religião Civil constitui instrumento criador de uma nova civilização pautada, não pela diferenciação entre o rico e o pobre, o poderoso e o fraco, o senhor e o escravo e a predominância da lei do mais forte, mas alicerçada na soberania popular e no conceito-chave de vontade Geral. Dessa forma, parece-nos que a Religião Natural até poderia resolver o problema da tolerância; no entanto, não podemos esquecer que estamos a lidar com homens e sociedades viciosas, mais atentos ao reino da opinião do que propriamente ao que a consciência poderia garantir. Por outro lado, consideramos ser possível afirmar que Rousseau teria ocupado um papel importante no que se refere ao desenvolvimento do pensamento antropológico, visto como uma figura inegavelmente influente, e um grande instigador de problematizações que se assemelham às empreitadas etnográficas. Entretanto, suas provocações partem justamente de seu gabinete, a partir da escrita, imprimindo ao autor um perfil o qual ele mesmo se esmerava a criticar, o que pode justificar a alcunha de *homem de paradoxos*, que o próprio autor reconhecia portar.

## **Referências**

GOLDSCHMIDT, V. **Anthropologie et politique**: les principes du système de Rousseau. Paris: Librairie Philosophique J. Vein, 1983.

KAWAUCHE, T. **Religião e política em Rousseau**: o conceito de religião civil. São Paulo: Humanitas, 2013.

KAWAUCHE, T. **Educação e filosofia no Emílio de Rousseau**. São Paulo: Editora UNIFESP, 2021.

KUNTZ, Rolf. **Fundamentos da teoria política de Rousseau**. São Paulo: Almedina, 2019.

LÉVI-STRAUSS, C. Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem. In: **Antropologia estrutural dois**. Trad. de Maria do Carmo Pandolfo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

MONTAIGNE, M. Ensaio – Volume 1. In: **Coleção Os Pensadores**. Trad. de Sérgio Milliet. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

PISSARRA, Maria Constança Peres. **Religião civil e intolerância**: uma análise das Lettres ecrites de la montagne. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ROUSSEAU, J.-J. **As Confissões**. Volume único. Tradução: Wilson Lousada. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.

ROUSSEAU, J.-J. **Carta a Cristophe de Beaumont e outros escritos sobre religião e a moral**. Trad. de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

ROUSSEAU, J.-J. **Cartas escritas da montanha**. Tradução: Maria Constança Peres Pissarra e Maria das Graças Souza. Colaboração: Luciano Façanha, Marice da Silva e Osmar Souza. São Paulo: Unesp/Educ, 2006.

ROUSSEAU, J.-J. Discurso sobre as ciências e as artes. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Ensaio sobre a origem das Línguas. Do contrato social ou princípios do direito político. In: **Rousseau – Escritos sobre a política e as artes**. Trad. de Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza... [et al.]. São Paulo: UBU Editora/Editora UNB, 2020.

ROUSSEAU, J.-J. **Emílio ou da educação**. Trad. de Thomaz Kawauche. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

WAKSMAN, V. **El laberinto de la libertad**: Política, educación y filosofía em la obra de Rousseau. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2013.

Recebido em: 02/04/2024

Aprovado em: 27/05/2024